

214 Obstruções podem mudar a pauta

Muitas vezes uma matéria está incluída na ordem do dia ou da pauta prioritária estabelecida pelos líderes partidários mas não é votada em função da obstrução anunciada por um ou mais partidos. A dificuldade começa na própria comissão de mérito, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Esta proposta vem sendo discutida há mais de um ano, mas a falta de consenso da sociedade se reflete no trabalho dos parlamentares, com a lentidão na apreciação.

Neste caso específico, estão em jogo os interesses dos professores, dos donos de escolas particulares, dos cientistas da Educação e do próprio Executivo, que não conseguiram um consenso em torno da questão. A LDB já foi incluída na pauta prioritária do semestre passado e é o primeiro item da pauta deste ano. A Comissão de Mérito, entretanto, ainda não terminou o relatório para sua colocação na ordem do dia. Isto também acontece com o conjunto de propostas de reforma consti-

tucional enviado pelo Executivo ao Congresso, o chamado **Emendão**.

O líder do PT na Câmara, deputado Eduardo Jorge (SP), destaca que a obstrução de matérias do ponto de vista político é um mecanismo legítimo utilizado pelas oposições. "Há projetos que a sociedade deseja e outros que são apenas de interesse do Governo". Eduardo Jorge afirma que se depender do PT, o **Emendão** não será votado. "Por outro lado, estamos batalhando para que a lei de salário mínimo seja votada o mais rápido possível, assim como os dispositivos complementares da Reforma Agrária prevista na Constituição".

As leis que complementam a Reforma Agrária foram incluídas na pauta prioritária deste semestre depois que uma comissão de agricultores e deputados do PT pediu pessoalmente ao presidente Ibsen Pinheiro. "Pautar projetos importantes depende da força das posições dos dois campos po-

líticos", enfatiza Eduardo Jorge. O petista não defende que a eficiência do Legislativo seja medida pela quantidade de projetos aprovados. "Não votar prejudica, mas votar projetos ruins também".

Quorum — A discussão sobre o **quorum** necessário para a avaliação de propostas de emendas constitucionais, que tomou três semanas de atividades da Câmara, poderá prejudicar a votação do **Emendão** do Governo. A Comissão de Constituição e Justiça decidiu que são necessários 302 parlamentares para iniciar a discussão, dando uma vitória aos parlamentares e ao Governo, que queria ver na proposta a data de 1995 para a implantação do parlamentarismo. O líder do PDT, Eden Pedroso, acredita que isto será uma derrota para o Governo, daqui para a frente, para votar o **Emendão**. "Nós poderemos obstruir o que não for de interesse e quero ver o Governo conseguir colocar 302 parlamentares em plenário".